

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRACÇÕES
CONEXAS, LNEG 2010**

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO -

NOTA INTRODUTÓRIA

O Laboratório Nacional de Energia e Geologia, reconhecendo a relevância e oportunidade de corresponder ao apelo expresso pelo Conselho de Prevenção da Corrupção na sua Recomendação de 1 de Julho de 2009, na qual incitava todos os órgãos dirigentes máximos de entidades a elaborar um 'Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas', procedeu à elaboração e aprovação de um Plano, que endereçou em tempo útil, à citada entidade.

O referido Plano, elaborado de acordo com a estrutura sugerida no Guião disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, preconizou uma abordagem inicial à prevenção de riscos, num horizonte temporal de um ano (2010). Nele estavam previstos a elaboração e implementação de instrumentos de carácter global que potenciasssem a consciencialização dos colaboradores para a observância de princípios e de valores éticos complementados por medidas instrumentais de boas práticas.

Esta lógica de abordagem inicial à prevenção de riscos encontra os seus fundamentos em diversos constrangimentos de índole institucional, apontados no Plano, que não potenciaram de forma sustentável a concepção e particularmente a implementação e controlo de medidas e de instrumentos com o necessário aprofundamento.

Nesta perspectiva, considerou-se desde início que o 'Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas' do LNEG, estaria sujeito a actualizações, que deveriam reflectir os ajustamentos da dinâmica de consolidação da estrutura organizacional e das suas actividades bem como das Recomendações resultantes das auditorias externas, que os órgãos competentes considerassem oportunas, no sentido da consolidação de um sistema de controlo interno que funcione como instrumento preventivo de riscos de corrupção e de infracções conexas.

Neste Relatório pretende-se de forma sucinta evidenciar:

1º) Resultados alcançados na sequência das medidas previstas e inscritas no 'Plano de prevenção da corrupção e infracções conexas', LNEG 2010;

2º) Dificuldades subjacentes à concretização de medidas, relevando em oposição, a oportunidade de concepção e de desenvolvimento de instrumentos, não contemplados no Plano;

3º) Medidas implementadas e que resultam do acolhimento das Recomendações de auditorias externas no ano de 2010, não previstas no Plano.

Particularmente, neste último ponto, pretende-se evidenciar o início de um percurso de consolidação de um sistema de controlo interno contribuidor da edificação e consolidação do Plano de prevenção de riscos da corrupção de médio prazo para o LNEG, a apresentar oportunamente, ultrapassados que estejam constrangimentos organizacionais impeditivos de tal desiderato.

Face ao exposto a estrutura do presente Relatório compõe-se dos itens que de seguida se discriminam:

PARTE I – Síntese das Atribuições e actividades do LNEG.

PARTE II - Manutenção de condicionantes organizacionais impeditivas da implementação de um sistema de prevenção e controlo de riscos

PARTE III – Síntese das medidas previstas no 'Plano de prevenção da corrupção e de infracções conexas' LNEG 2010 e Resultados alcançados

PARTE IV – Preparação e implementação de medidas em resultado das Recomendações de Auditorias Externas

Na Nota conclusiva, parte integrante da estrutura do Relatório, apontar-se-ão os traços gerais que enformarão o futuro 'Plano de prevenção de riscos de corrupção e de infracções conexas' do LNEG, anteriormente referido.

PARTE I – Síntese das Atribuições e actividades do LNEG

A estrutura organizacional do LNEG, I.P., é criada pela Portaria nº 1423/2007 de 31 de Outubro que define os seus Estatutos, nos quais o pilar da sua estrutura assenta na composição dos serviços centrais que compreendem: o Laboratório de Energia, o Laboratório de Geologia e Minas, o Museu Geológico, o Departamento de Gestão e Organização e o Departamento de Planeamento e Informação.

As actividades de âmbito científico, designadamente nos Laboratórios desenvolvem-se mediante a organização das suas competências em Unidades de investigação, coordenadas por investigadores designados pelo Conselho Directivo do LNEG, I.P. (Despacho CD/2009, 25 de Maio e Deliberação 7/2009).

As actividades de suporte centradas nos Departamentos anteriormente mencionados, são dirigidas por directores e as suas actividades são organizadas através de unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por chefes de unidade.

No Quadro 1 – Síntese das atribuições e actividades do LNEG, caracteriza-se a instituição e evidencia-se em traços gerais o posicionamento estratégico das suas actividades.

Quadro 1 – Síntese das atribuições e actividades do LNEG

CARACTERIZAÇÃO DO LNEG	MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	ACTIVIDADES
<p>NATUREZA</p> <ul style="list-style-type: none"> - O LNEG, I.P., é um Instituto Público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira e património próprio - O LNEG, prossegue as atribuições do Ministério da Economia Inovação e Desenvolvimento, sob superintendência e tutela do respectivo ministro - O LNEG, I.P., integra dois Laboratórios dotados de autonomia científica e técnica, o Laboratório de Energia (LEN) e o Laboratório de Geologia e Minas (LGM) - Na qualidade de Laboratório de Estado, aplica-se ao LNEG.I.P., o regime jurídico vigente para as instituições que se dedicam à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico 	<p>MISSÃO</p> <p>O LNEG, I.P., tem por missão impulsionar e realizar acções de investigação, de demonstração e transferência de conhecimento, de assistência técnica e tecnológica e de apoio laboratorial dirigido às empresas, nos domínios da energia e geologia</p> <p>ATRIBUIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistir o Governo na concepção e implementação das políticas energéticas e geológica - Promover a realização de estudos, de investigação, de demonstração e transferência de tecnologia, de assistência técnica e tecnológica no domínio da energia, com particular incidência nas energias renováveis e na eficiência energética, com vista à criação de novos processos e produtos e seu aperfeiçoamento - Promover, realizar e gerir estudos, cartografia sistemática e projectos nos domínios da geologia, hidrogeologia, geologia marinha e costeira, bem como promover a realização de inventariação, revelação, aproveitamento, valorização, monitorização e conservação dos recursos minerais, rochas ornamentais e águas naturais - Assegurar as funções permanentes de Estado relativamente ao conhecimento contínuo da infraestrutura geológica do terreno nacional, com vista ao desenvolvimento do País - Promover a realização de ID&T orientados para a actividade económica e as exigências do mercado, no domínio da energia e da geologia - Cooperar com instituições de C&T afins e participar em actividades de C&T, nacionais e estrangeiras, designadamente participando em consórcios, redes e outras formas de trabalho conjunto - Realizar contratos com empresas localizadas em Portugal, de modo a contribuírem para a criação de plataformas de conhecimento aplicado, a nível regional ou nacional, devidamente internacionalizadas 	<p>POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O LNEG, I.P., assume um papel de interface entre os resultados decorrentes das actividades relacionadas com os Programas de I&D e a sua integração tecnológica junto do sector privado, no âmbito das competências estratégicas e políticas para o desenvolvimento económico e social que lhe estão cometidas pelo MEID - O LNEG, I.P., constitui-se como agente de internacionalização pela sua participação como parceiro em numerosos projectos internacionais, contribuindo por isso também como uma relevante fonte de informação especializada nos domínios científicos em que desenvolve as suas actividades - O LNEG, I.P., dispõe de competências e oferece serviços no âmbito da metrologia, normalização e certificação através da sua rede interna de laboratórios, participando ainda no contexto da produção normativa nacional e internacional, auditorias especializadas e de pareceres em diversas áreas científicas e tecnológicas - O LNEG, I.P., estrutura as suas actividades com foco nas efectivas necessidades das empresas através de três linhas de acção complementares: <ul style="list-style-type: none"> - Projectos de I&D financiados por Programas de apoio à EU e outros Programas de ID&T; - Prestação de serviços, através de Contratos, com o sector privado e entidades do sector público nacional; - Representação do Estado Português a nível internacional, através da disponibilização de competências em C&T no âmbito das políticas sectoriais, domínios científicos transversais e suas interfaces, bem como a avaliação do seu impacto na perspectiva societal
<p>JURISDIÇÃO TERRITORIAL E SEDE</p> <p>O LNEG, I.P. é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional que se encontra sediado no Porto, dispondo de serviços territorialmente desconcentrados designados por delegações regionais</p>		

Por último, refira-se que no quadro das suas atribuições, o LNEG colabora com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, exerce as suas atribuições em articulação com serviços e instituições de outras áreas da Administração Pública ou do sector privado nomeadamente no âmbito de C&T. Ainda e para o prosseguimento das suas actividades acolhe bolsiros estabelecendo ou colaborando em programas de formação, remunerados por bolsa, dirigidos a indivíduos com as habilitações adequadas.

PARTE II - Manutenção de condicionantes organizacionais impeditivas da implementação de um sistema de prevenção e controlo de riscos

Aquando da elaboração do Plano de Prevenção do LNEG, nomeadamente no contexto da identificação dos potenciais riscos de corrupção e infracções conexas foram mencionados um conjunto de condicionantes que minimizam ou mesmo impedem a implementação de um sistema sustentado de identificação, controlo e de monitorização dos instrumentos e medidas cujo objectivo é o de prevenir tais situações. O referido quadro de condicionantes mantém-se inalterado pelo que é oportuno reafirmar a existência das mesmas.

Assim refiram-se:

- a) O LNEG, I.P., não dispõe ainda de um quadro regulamentar estabilizado e tal facto tem impacto na dinâmica de funcionamento das unidades orgânicas, particularmente nas de suporte, na definição dos postos de trabalho e responsabilidades formais (legais) a par das conferidas por opção gestonária;
- b) O Decreto-lei nº 354/2007, de 29 de Outubro que cria o LNEG, I.P., e a Portaria 1423/2007 de 31 de Outubro não prevêm a função auditoria de controlo interno. O controlo financeiro está previsto na função certificação de contas a ser exercido pelo fiscal único;
- c) As evidências enunciadas nas alíneas anteriores têm impacto na concepção e implementação adequada e sustentada de um efectivo sistema de controlo interno (segregação de funções, responsabilidades, procedimentos, acções de verificação e controlo)

Tais condicionantes foram verificadas e constam dos Relatórios das auditorias externas do TC e da IGF, levadas a efeito no LNEG, no decurso do ano de 2010. Não obstante, e nomeadamente a auditoria efectuada pela IGF, com enfoque no sistema de controlo interno, revelou-se extremamente produtiva e oportuna pelo conjunto de Recomendações formuladas

e que o LNEG acolheu. Nessa sequência têm vindo a ser preparadas medidas de controlo bem como introduzidas melhorias nas diversas vertentes do sistema de controlo interno, que mais adiante se referirão, estando a ser atribuídas prioridades às Recomendações formuladas, em conformidade com os recursos humanos disponíveis e condicionantes organizacionais, no quadro da preparação do Plano de Prevenção do LNEG 2011/2012.

PARTE III – Síntese das medidas previstas no ‘Plano de prevenção da corrupção e de infracções conexas’ LNEG 2010. Resultados alcançados

O Conselho de Prevenção da Corrupção manifestou, desde o seu acto de criação, as preocupações inerentes à administração eficiente dos dinheiros, valores e património público colocados à guarda das entidades gestoras públicas bem como o enfoque na prestação de contas sobre o uso e administração desses recursos junto das entidades de fiscalização e controlo. Nesta lógica as suas Recomendações quanto às linhas orientadoras de formulação dos Planos de Prevenção estão nomeadamente dirigidas para as: a) Entidades públicas que concedem benefícios públicos a terceiros; b) Entidades públicas que em razão da sua missão estabelecem com entidades terceiras contratos de aquisição de bens serviços ou de empreitadas, que envolvem uma volumetria financeira e de outros recursos públicos, susceptíveis de criar condições potenciais ao uso indevido desses recursos quer pelos serviços públicos quer por terceiros.

A estas preocupações acresce outra, recentemente abordada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, que emerge no exercício de funções da actividade tributária, nas quais se detectou existirem potenciais conflitos de interesses. Nesta sequência o CPC elaborou uma Recomendação⁽¹⁾, particularmente dirigida aos funcionários nesta actividade pública, manifestando a relevância da inclusão de medidas e de instrumentos nos Planos de Prevenção, que previnam o conflito de interesses com o objectivo de minimizar ou mesmo eliminar fenómenos potenciais de corrupção.

Em suma, parece estar em questão o imperativo de implementação de instrumentos de boas práticas que sustentem os Valores e Ética Profissional dos funcionários no exercício das suas funções públicas, em virtude de eventual risco de conflito com o exercício de idênticas funções na sua actividade privada.

⁽¹⁾ Recomendação do CPC, de 6 de Julho de 2011 – Planos de prevenção de riscos na área tributária

O LNEG, quando procedeu à identificação dos potenciais riscos de corrupção e de infracções conexas no contexto da preparação do seu Plano de Prevenção para 2010, evidenciou que os potenciais riscos identificados só parcialmente se relacionavam com o âmbito das principais preocupações do CPC, designadamente as duas primeiras acima enunciadas e a este propósito inscreveu no Plano⁽²⁾ o seguinte:

- 1) O LNEG, I.P., é uma instituição de investigação que não concede benefícios públicos a terceiros, não se identificando por isso riscos nesse domínio;
- 2) O LNEG, I.P., está sujeito à aplicação da Parte II do CCP, no tocante aos procedimentos pré-contratuais aí previstos relativos à aquisição de bens e serviços e empreitadas. Não obstante, o Decreto-lei nº 278/2009 de 2 de Outubro, exclui da sujeição de aplicação da Parte II do CCP as aquisições de bens, serviços e empreitadas “no âmbito exclusivo da actividade científica e tecnológica”.

Não obstante, a identificação dos riscos de acordo com os quesitos previamente definidos e sistematizada em função das actividades com potencial risco, forneceu indicações claras quanto à necessidade de implementação de medidas de carácter global aplicáveis a todos os colaboradores do LNEG, independentemente dos vínculos contratuais, especificamente o Código de Ética e de Conduta, já que potenciais riscos de incompatibilidade/conflicto de interesses no exercício das actividades funcionais de investigação, foram identificados com algum grau de risco.

Nesta lógica a Recomendação do Conselho da Prevenção da Corrupção de 6 de Julho de 2011, encontra a sua razão de ser no âmbito de outras actividades exercidas por instituições públicas, neste caso nas actividades de I&DT, onde prevalecem especificidades inerentes a actividades de profissionais especialistas, com envolvimento de entidades terceiras, públicas ou privadas. De facto, estes profissionais confrontam-se com contextos de interesses conflituantes, que conduzem a situações de potencial proveito/uso indevido de recursos públicos, a favor dos próprios ou de terceiros.

A identificação dos riscos então efectuada, sistematizada em função das actividades com potencial risco, segundo o tipo e grau, permitiu elaborar um Plano de Intervenção que contemplava instrumentos e medidas preventivas que no Quadro 2 se sintetizam quanto a Objectivos e a Resultados alcançados.

(2) 'Plano de Prevenção de riscos de corrupção e de infracções conexas', LNEG 2010, pág. 8

Quadro 2 – Plano de Intervenção do LNEG – Resultados

INSTRUMENTOS /MEDIDAS	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	OBJECTIVOS	RESULTADOS
Código de Ética e Conduta do LNEG	Todos os colaboradores do LNEG, independentemente do vínculo contratual	Promover o alinhamento de todos os colaboradores do LNEG com os princípios e práticas de serviço público e de ética profissional	- Aprovação em CD (27.Abril.2011) do 'Código de Ética e de Conduta do LNEG' - Constituição da Comissão de Ética (Deliberação nº 5, 20.Jul.2011)
Manual de procedimentos do processo de Aquisição de bens, serviços e empreitadas ao abrigo do CCP	Todos os colaboradores envolvidos no processo de decisão, preparação e controlo da aquisição de bens, serviços e empreitadas	- Prevenir riscos de corrupção e infracções conexas no processo de contratação - Aumentar a eficiência e a economia de recursos do processo	- Suspenso em Novembro de 2010, por dúvidas na aplicação do acervo legislativo emergente neste âmbito, nomeadamente no âmbito da aquisição de serviços (Lei 55-A/2010, Portaria 371-A/2010, Despacho 14636/2010)
Norma de boas práticas de gestão da Rede de Laboratórios Acreditados (NP ISO/IEC 17025)	Todos os decisores e demais colaboradores da rede de Laboratórios Acreditados	- Incrementar a economia de recursos na gestão dos Laboratórios - Recolher da experiência de implementação procedimentos úteis, no âmbito da prevenção da corrupção e infracções conexas estendendo-os a outros domínios da actividade do LNEG	- Em fase de implementação a 'Norma de gestão comum' GT nos Laboratórios Acreditados - Aprovada a 'Norma de Qualificação de Fornecedores' para o LNEG, Junho de 2011 - Iniciada a fase experimental de aplicação a UIs seleccionadas

A preparação dos instrumentos e medidas previstos no Plano de Intervenção, foram conduzidos por Grupos de Trabalho designados pelo Conselho Directivo, cada um dispondo de coordenador a quem coube a responsabilidade de incentivar as actividades do grupo e preparar a proposta de documento e condições de operacionalização do instrumento/medida, para aprovação em CD.

Na sequência dos Objectivos traçados em cada GT, os resultados alcançados por estes, bem como os fundamentos inibidores e/ou promotores das iniciativas podem sintetizar-se do seguinte modo:

1) O Grupo de Trabalho a quem coube a preparação do 'Código de Ética e de Conduta' do LNEG (GT1), aprovado em CD (27 de Abril de 2011) encontra-se na fase de encerramento da sua actividade, tal como constava no 'Plano de prevenção de riscos da Corrupção e de infracções conexas' já que a Comissão de Ética foi constituída (Deliberação de 20 de Julho de 2011), cabendo a esta a responsabilidade de implementação tal como consta na Parte V do referido Código;

2) As tarefas no âmbito do Grupo de Trabalho que teve a seu cargo a preparação do 'Manual de procedimentos do processo de Aquisição de bens, serviços e empreitadas ao abrigo do CCP' (GT2), deparou-se com constrangimentos no âmbito da interpretação e aplicação do acervo legislativo agravadas pelas especificidades inerentes à actividade, nomeadamente quanto aos procedimentos de aquisição de serviços que inviabilizou o prosseguimento normal das tarefas do grupo entendendo-se dever suspender a preparação do Manual.

A recente legislação que surge durante o ano de 2011 neste âmbito, designadamente a Portaria 4-A/2011 de 3 de Janeiro, bem como as Recomendações das Auditorias externas do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças, potenciaram a oportunidade de reflectir e reavaliar os Objectivos e âmbito do referido Manual, a enquadrar na preparação do 'Plano de prevenção de riscos de corrupção LNEG 2011/2012'

3) O trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de trabalho dos Laboratórios, e que tem por Objectivo a preparação de uma 'Norma de gestão comum' dos Laboratórios Acreditados (NPISO/IEC 17025) constitui-se como um instrumento fortemente contribuidor da prevenção de riscos de corrupção e de infracções conexas, a par do seu contributo para a economia, eficiência credibilidade dos serviços laboratoriais prestados pelo LNEG.

A partir da longa experiência da aplicação da Norma NP ISO/IEC 17025 pelos Laboratórios Acreditados do LNEG, que agora avança mais um passo através do esforço de preparação e de implementação de uma 'Norma de gestão comum' que se encontra já em fase de implementação, potenciou a oportunidade de avaliar a possibilidade de transposição aplicacional dessa experiência e dos seus procedimentos, ao âmbito dos processos de contratação pública efectuada por esta instituição.

De facto, um dos eixos principais da referida Norma relaciona-se com a avaliação e qualificação de fornecedores constituindo-se como um eixo determinante da credibilidade dos resultados dos serviços laboratoriais prestados.

Este factor criou a oportunidade de constituição de um grupo de trabalho, coordenado pelo gestor do grupo de trabalho dos Laboratórios o que permitiu apresentar uma Proposta de Norma ao CD, com enfoque na 'Qualificação de fornecedores' para o LNEG.

A referida Proposta de Norma foi aprovada em CD a 29 de Junho de 2011 e encontra-se na fase inicial de experimentação em duas Unidades de investigação. Após esta fase, da qual inevitavelmente resultará a identificação de melhorias a introduzir na Norma seguir-se-á a fase de implementação alargada a todas as Unidades e departamentos do LNEG.

O objectivo geral subjacente à implementação desta Norma é dar suporte à decisão no âmbito da estratégia de selecção de fornecedores de bens e de serviços, contribuindo para o incremento do desempenho destes com benefício directo nos custos, qualidade e relação comercial das partes envolvidas. Este desiderato tem a sua correspondência com dois objectivos específicos: 1º) Selecção das melhores opções de oferta de produtos e serviços, contribuindo para a transparência das relações entre as partes, nomeadamente quando a legislação não obriga a procedimento pré-contratual específico; 2º) Consolidação instrumental dos preceitos inscritos no 'Código de Ética e de Conduta do LNEG', particularmente quanto

ao Princípio da Transparência aí enunciado (Alínea b, do ponto 4.2.) e na perspectiva das relações que os colaboradores devem estabelecer com Fornecedores (Capítulo VII, ponto 2 alínea b).

PARTE IV – Preparação e implementação de medidas em resultado das Recomendações de Auditorias Externas

Durante o ano de 2010, o LNEG foi objecto de duas acções de auditoria levadas a efeito pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção Geral de Finanças. O âmbito das auditorias teve o seu enfoque nos Projectos do PIDDAC e no Sistema de Controlo Interno, respectivamente.

As Recomendações inscritas nos Relatórios e acolhidas pelo LNEG, constituem-se como contributos relevantes para a consolidação de um sistema de controlo interno no qual medidas e instrumentos actuem como sistema integrado de prevenção da corrupção e de infracções conexas.

As Recomendações do Relatório do TC incidiram em três questões fundamentais:

1ª) Melhoria da formulação de objectivos e de indicadores no âmbito dos Projectos do PIDDAC, de forma a obter uma medida correcta da execução e dos respectivos resultados;

2ª) Promoção da abertura ao mercado no contexto do processo de aquisição de bens e de serviços;

3ª) Melhoria dos procedimentos de comprovação das ordens de transferência para os fornecedores.

Em relação à primeira Recomendação o CD do LNEG aprovou a constituição de um grupo de trabalho, que no 2º semestre de 2011, preparará uma proposta de 'Norma de Planeamento e de Controlo de execução' no âmbito dos Projectos PIDDAC, a ser integrada no 'Manual de Planeamento do Ciclo de gestão' já em preparação.

No tocante à segunda Recomendação o LNEG aprofundará os procedimentos de auscultação ao mercado, convidando mais do que uma entidade nos processos de contratação pública de bens e de serviços ao exterior. De facto, esta prática existe no que respeita às aquisições no âmbito de produtos e de serviços dirigidos à actividade científica nomeadamente nos Laboratórios Acreditados, nos quais existe um sistema de avaliação e de qualificação de fornecedores, já referido no presente Relatório.

Quanto à terceira Recomendação, o LNEG adoptou um procedimento que relaciona o N° de ordem de pagamento com o arquivo sequencial da Tesouraria o que permite rapidamente o acesso, em caso de instrução processual, minimizando assim os custos em fotocópias.

Por último, é de evidenciar que o LNEG procedeu, tal como solicitado no Relatório da entidade auditora – Tribunal de Contas, ao Relato das diligências implementadas e em implementação, tendo endereçado para esse efeito, um ofício à referida entidade (Of. Refª 02146 de 28 de Julho).

As Recomendações inscritas no Relatório da Inspeção Geral de Finanças incidiram sobre diferentes vertentes do Sistema de Controlo Interno. Não obstante a relevância das mesmas na perspectiva de consolidação do sistema de controlo do LNEG, a permanência das condicionantes organizacionais já apontadas, impõem que a introdução das melhorias seja planeada e programada atendendo a esse facto bem como com a persistente diminuição de recursos, nomeadamente de índole financeira e de recursos humanos.

Contudo o LNEG já iniciou o processo de implementação de um conjunto de medidas perspectivadas em função das Recomendações ao nível dos seguintes eixos do sistema de controlo interno:

1º) Medidas na área da Tesouraria, nomeadamente a 'Norma de procedimentos de fundo de maneiço', aprovada em CD em 23 de Fevereiro de 2011;

2º) Medidas na área do imobilizado, nomeadamente, está em curso a regularização dos empréstimos às participadas, o processo de transferência de bens móveis para as entidades integradoras que se constitui como um dos factores chave no processo de extinção do INETI, o Inventário de bens e respectivo Relatório final;

3º) Processos de aquisição de bens e de serviços, nomeadamente, no âmbito do Plano de Renovação dos Contratos, tendo sido constituído para o efeito um grupo de trabalho designado pelo CD, que até final do ano de 2011 conta ter finalizado a lista de Contratos Activos bem como a apresentação de uma proposta de 'Norma de monitorização dos Contratos' com suporte em S.I.;

4º) Medidas na área da Receita, nomeadamente a preparação de proposta de 'Norma de procedimentos da cobrança';

5º) Medidas na área da Despesa, nomeadamente a consolidação da implementação do sistema integrado de gestão e execução dos projectos.

NOTA FINAL

No presente Relatório de execução do 'Plano de prevenção da corrupção e de infracções conexas', LNEG 2010, pretendeu-se evidenciar que, independentemente das condicionantes estruturais, o LNEG acolhe e prossegue o esforço para corresponder às solicitações e Recomendações dos órgãos de tutela e de controlo, em matérias de implementação de medidas preventivas dos riscos de corrupção.

O 'Plano de prevenção da corrupção e de infracções conexas' do LNEG 2011/2012, em preparação, tem como ponto de partida os resultados alcançados na sequência do Plano de 2010, projectando-se o seu fio condutor ao redor de três eixos fundamentais: 1º) Consolidação dos instrumentos e medidas, mediante a avaliação dos resultados da implementação; 2º) Reavaliação e reenquadramento de medidas anteriormente programadas; 3º) Enfoque no planeamento e programação de medidas e de instrumentos nos diferentes eixos do SCI, em consequência das Recomendações das Auditorias externas do TC e IGF.

LNEG, 12.Agosto.2011